

GEOGRAPHICAL INDICATION AS A STRATEGIC ELEMENT OF TERRITORIAL DEVELOPMENT: MAPPING SCIENTIFIC PRODUCTION

INDICAÇÃO GEOGRÁFICA COMO ELEMENTO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: MAPEAMENTO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA

Liária Nunes-Silva¹; Tamires de Jesus Nascimento²; Gislane Barroso Coelho³; Valvilson Rodrigues da Silva Martins⁴

¹Professora Pesquisadora no Instituto Federal do Piauí - Brasil - liaria.nunes@ifpi.edu.br

²Instituto Federal do Piauí - Brasil - tamiresjn2017@gmail.com

³Instituto Federal do Piauí - Brasil - giscoelho39@gmail.com

⁴Instituto Federal do Piauí - Brasil - valvilson.adm@gmail.com

Resumo

A Indicação Geográfica (IG), ativo intangível de propriedade industrial, pode ser utilizada para certificar a origem de determinados produtos e/ou serviços. As IGs podem gerar impactos de ordem social, econômica e ambiental nos territórios e, sobretudo, nas regiões demarcadas. O objetivo desta pesquisa é mapear a produção científica sobre Indicação Geográfica na perspectiva do desenvolvimento territorial. Para tanto, realizou-se uma busca na base de dados Scopus para identificar a produção em um recorte temporal de cinco anos (2016-2020). Verificou-se que o volume de produção científica apresentou flutuações ao longo do período estudado, bem como a existência de um grupo de países/territórios que se destacou em relação à origem desse montante de publicações. Do total de publicações identificadas apenas 16% declararam o recebimento de fomento. Além disso, os resultados evidenciaram que os pesquisadores dão preferência aos artigos científicos no momento de externalizar os resultados das pesquisas. Estudos que objetivam a identificação e/ou análise da produção científica são necessários, pois apresentam as lacunas e podem nortear a elaboração de estratégias e políticas para o desenvolvimento e fortalecimento das diversas áreas do conhecimento.

Palavras-chave: Indicação de Procedência; Denominação de Origem; Produção científica; Desenvolvimento Territorial.

Abstract

The Geographical Indication (GI), an intangible asset of industrial property, can be used to guarantee the origin of certain products and/or services. GIs generate social, economic and environmental impacts on territories and, above all, on demarcated regions. The objective of this research is to map the scientific production on Geographical Indication from the perspective of territorial development. Therefore, a search was carried out in the Scopus database to identify the production in a five-year time frame (2016-2020). It was found that the volume of scientific production showed fluctuations over the period studied, as well as the existence of a group of countries/territories that stood out in relation to the origin of this amount of publications. Of the

total publications identified, only 16% declared receiving financing source. In addition, the results showed that researchers prefer scientific articles when externalizing research results. Studies aimed at identifying and/or analyzing scientific production are necessary, as they present gaps and may guide the development of strategies and policies for the development and strengthening of different areas of knowledge.

Keywords: Indication of Origin; Designation of Origin; Scientific production; Territorial Development.

1. Introdução

A Indicação Geográfica (IG) é um ativo intangível de propriedade industrial aplicada no processo de certificação de origem de determinados produtos ou serviços. O uso da IG no Brasil, como elemento estratégico de desenvolvimento territorial ainda é incipiente, se comparado, por exemplo, a países da Europa. No entanto, diante da sua biodiversidade e pluralidade cultural, o Brasil apresenta potencial para a utilização desse mecanismo de proteção (MELO, 2019).

As IGs, indutoras do desenvolvimento, favorecem a valorização dos recursos territoriais e possibilitam o surgimento de novos nichos de mercados (VIEIRA; ZILLI; BRUCH, 2016). Nesse sentido, torna-se necessário a difusão do conhecimento acerca das IGs, visto que elas podem exercer um papel estratégico no desenvolvimento territorial, a partir do aproveitamento racional dos recursos naturais, fortalecimento dos atores locais e das cadeias produtivas (VIEIRA; PELLIN, 2015).

As IGs consolidam a herança histórico-cultural de um território (MORAIS; MELLO, 2019). Quando concedidas a determinados produtos ou serviços que apresentam tipicidade ou que denotam a reputação do território como centro de extração ou produção, geram benefícios para produtores e consumidores. As IGs contribuem, sobretudo, com o desenvolvimento rural, por meio do aumento da renda, da valorização das especificidades locais e organização dos produtores (MENDONÇA; PROCÓPIO; CORRÊA, 2019).

Sendo assim, Vieira, Zilli e Bruch (2016) explicam que a IG pode ser percebida como elemento estratégico de desenvolvimento rural, a partir da valorização de produtos e/ou serviços, dos aspectos históricos e culturais e da conservação da biodiversidade da área geográfica delimitada.

A concessão do selo de IG e sua implementação, de fato, oportuniza a abertura e o fortalecimento de atividades e serviços complementares relacionados à valorização do patrimônio, potencializando, por exemplo, a oferta de atividades turísticas. Considerando a extensão do território brasileiro e a sua biodiversidade, parece lógico que a utilização do selo de IG é essencial

para proteger ativos intangíveis e produtores, bem como possibilitar a exploração de nichos de mercados específicos, como aqueles que valorizam produtos diferenciados (VIEIRA; LOURENZANI; PELLIN, 2019).

É possível identificar uma vasta produção científica relacionada à IG. Essas produções buscam identificar os impactos das IGs nas regiões demarcadas, apresentam diagnósticos sobre regiões e possibilidades de certificação, indicam normas técnicas para a concessão, entre outras. Estudos que objetivam avaliar produções científicas são relevantes para apontar o nível de desenvolvimento da área, bem como as suas lacunas. Diante disso, um questionamento parece pertinente: As IGs são abordadas na literatura científica como elementos que influenciam no desenvolvimento territorial das regiões demarcadas?

As IGs geram impactos de ordem social, econômica e ambiental nos territórios e, sobretudo, nas regiões demarcadas. No entanto, o desconhecimento sobre o tema compromete a elaboração de novos pedidos e, conseqüentemente, o desenvolvimento das IGs no Brasil. É necessário o estabelecimento de parcerias entre organizações públicas e privadas na promoção da IG no âmbito nacional (LE GUERROUÉ, 2020). Nesse sentido, o desenvolvimento de pesquisas que busquem identificar a produção científica sobre IG enquanto elemento estratégico de desenvolvimento territorial parece relevante, uma vez que poderá despertar o interesse de outros pesquisadores sobre o tema, bem como favorecer a disseminação do conhecimento e estimular a elaboração de novos pedidos de IG. Assim, esta pesquisa tem o objetivo de mapear a produção científica sobre Indicação Geográfica na perspectiva do desenvolvimento territorial.

2. Referencial Teórico

A Indicação Geográfica (IG) é um mecanismo de propriedade industrial utilizado na proteção de produtos ou serviços que apresentam valor intrínseco (MALACARNE et al., 2019). De acordo com Castro, Lourenção e Giraldo (2021) os projetos de IGs reconhecem *terroirs* e reorientam práticas de produção.

Wander et al, (2020) explicam que a IG pode ser percebida como uma “marca coletiva” que funciona como uma estratégia de proteção aos produtores e influenciam, positivamente, na comercialização de produtos ou prestação de serviços que se tornaram notórios devido à região de produção. Cei et al, (2018) destacam que um dos objetivos principais da IG é promover o desenvolvimento territorial, especialmente na área rural. Além disso, os autores evidenciaram, a

partir dos resultados apurados na pesquisa, um efeito positivo da IG no desenvolvimento rural em regiões da Itália.

No Brasil, as IGs são regulamentadas pela Lei de Propriedade Industrial (nº 9.279/96). A referida lei estabelece dois tipos de IG: Denominação de Origem (DO) e Indicação de Procedência (IP). Considera-se DO o nome geográfico do país, cidade, região ou localidade de seu território, que designe produto ou serviço cujas qualidades ou características se devam exclusivas ou essencialmente ao meio geográfico, incluídos fatores naturais e humanos. Já a IP refere-se ao nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que se tenha tornado conhecido como centro de extração, produção ou fabricação de determinado produto ou de prestação de determinado serviço (BRASIL,1996).

No contexto brasileiro, o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) é o órgão responsável pela análise e concessão de pedidos de IGs. O Órgão tem poder para deferir, indeferir ou arquivar as solicitações de IG no país (GONÇALVES; ALMEIDA; BASTOS, 2018). De acordo com o INPI (2021) foram concedidas 62 IP, todas para produtos ou serviços nacionais; e 24 DO, 15 nacionais e 09 estrangeiras.

Em contraste com os números do Brasil, percebe-se um maior reconhecimento da IG, enquanto mecanismo de proteção, agregação de valor e desenvolvimento territorial, em países da União Europeia. O banco de dados do EU DOOR (banco de dados de origem e registro) sobre produtos agrícolas e alimentos protegidos por IG (com exceção de vinhos e destilados), lista 1.378 IGs registrados, 635 Denominações de origem protegidas e 743 Indicações geográficas protegidas. A maioria dos registros estão localizados nos países mediterrâneos, França, Itália, Espanha, Portugal e Grécia, o correspondente a 71% das IGs concedidas (CEI; DEFRANCESCO; STEFANI, 2018).

As IGs agregam valor a produtos ou serviços certificados e contribuem para a sua inserção em mercados mais competitivos (VIEIRA; LOURENZANI; PELLIN, 2019). Assim, observa-se que as IGs estão inseridas no movimento global de segmentação dos mercados, valorizando os recursos territoriais (VIEIRA; PELLIN, 2015). De acordo com Cei, Defrancesco e Stefani (2018) uma das principais funções das IGs é fornecer informação e qualidade aos consumidores. Para os autores, isso pode proporcionar benefícios para os produtores e estimular processos de desenvolvimento territorial. A conexão entre IG e desenvolvimento territorial ocorre por meio do suporte da cadeia de suprimentos, apoio à diversificação econômica rural, capacitação e ativação de recursos humanos e desenvolvimento da organização social local, e proteção do meio ambiente, amenidades e culturas locais (BELLETTI; MARESCOTTI, 2011).

Conforme Peráfan e Oliveira (2013), na perspectiva do desenvolvimento território é necessário considerar os aspectos ambientais, sociais, culturais, econômicos e políticos, valorizando a pluralidade dos atores e a multisetorialidade dos políticas públicas. Atores, no contexto do desenvolvimento regional e das políticas públicas, podem ser definidos como indivíduos, grupos ou organizações que possuem capacidade de influenciar, de maneira direta ou indireta, a formulação e o resultado de políticas públicas (SECCHI, 2011).

De acordo com Neilson, Wright e Aklimawati (2018) as IGs representam uma iniciativa para promover o desenvolvimento de comunidades rurais atrasadas, melhorando os meios de subsistência e mitigando a pobreza. No entanto, os autores destacam a importância das políticas públicas e da capacidade dos ambientes institucionais locais de apoio à IG para que elas cumpram o seu papel no desenvolvimento territorial.

Nesse sentido, as parcerias público-privado podem representar um elemento-chave no processo de implementação da IG, inclusive, no território brasileiro, visto que a IG representa uma importante ferramenta de indução do desenvolvimento territorial, bem como estímulo aos atores sociais para promover “processos de qualificação”. Além disso, elas possibilitam um novo modelo de produção e consumo alimentar, valorização de tradições, costumes, o saber fazer e outros bens imateriais associados a uma identidade territorial e origem geográfica específica (NIEDERLE, 2013).

Boechat e Alves (2011) evidenciam a importância da IG na valorização do patrimônio cultural e do turismo. Para os autores, as IGs podem proporcionar maior abertura de mercado, padronização dos produtos e estímulo ao turismo rural. Para Pimentel (2013), quando os países utilizam o sistema de propriedade intelectual, buscam o crescimento e o desenvolvimento por meio de recursos que podem ser utilizados como ativos econômicos. Além disso, as IGs parecem oferecer benefícios intangíveis para algumas partes interessadas em termos de promoção de um senso de orgulho regional e identidade cultural (NEILSON; WRIGHT; AKLIMAWATI, 2018).

Abramovay (2005) discutiu o território principalmente a partir do espaço rural, e enfatizou que a avaliação do valor de certos ativos intangíveis e processos específicos requer uma ação coordenada, incluindo o uso de instalações naturais e patrimônio histórico, bem como a colocação de produtos, conhecimentos de produção tradicionais, arte, habilidades culinárias e tradições populares de grupos específicos em mercados dinâmicos.

Portanto, os diversos atores locais desempenham um papel fundamental na articulação e implementação de políticas e estratégias para promover a transformação dos territórios a partir de suas potencialidades, desenvolvendo novas atividades econômicas, gerando progresso e reduzindo

os problemas socioeconômicos (ALONSO; MASOT, 2020). Assim, diante da pluralidade cultural e da biodiversidade brasileira, as IGs podem representar uma ferramenta de desenvolvimento territorial, gerando impactos sociais, econômicos e ambientais.

No Brasil observa-se casos exitosos na implementação das IGs, por exemplo nos Estados do Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Esse êxito ocorreu em função da concentração dos esforços de produtores e órgãos públicos em torno dos produtos e serviços típicos, valorizando os aspectos culturais, sociais, ambientais e econômicos do território (DRUZIAN; NUNES, 2012).

Nesse sentido, torna-se necessário a mobilização dos agentes locais em torno de uma aliança de cooperação e/ou associação nos processos de concessão e implementação das IGs (MORAIS; MELLO, 2019). Para Vieira e Pinheiro (2021) é fundamental a definição de políticas direcionadas para a valorização do saber tradicional, e melhor articulação entre as esferas pública e privada e comunidades, visando a elaboração de pedidos de IGs para potencializar os processos produtivos locais.

Assim, organizações públicas e privadas são essenciais nos estudos de viabilidade e implementação de IGs, principalmente no que tange à produção e difusão do conhecimento, bem como a elaboração de políticas públicas de estímulo aos novos pedidos. Corroborando, Dilásio et al. (2021) destacam que, por meio de suas ações, as universidades públicas são agentes estratégicos tanto no processo de geração e disseminação do conhecimento, quanto no desenvolvimento regional.

3. Metodologia

Esta pesquisa se caracteriza como quantitativa, quanto à abordagem. De acordo com Richardson (1989), este método caracteriza-se pelo emprego da quantificação, tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento destas, a partir de técnicas estatísticas, desde as mais simples às mais complexas.

Quanto ao objetivo é uma pesquisa exploratória, pois buscou-se mapear a produção científica sobre Indicação Geográfica na perspectiva do desenvolvimento territorial. Nesse sentido, as pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis.

Em conformidade com Marconi e Lakatos (2002), um dos primeiros passos de uma pesquisa é a exploração técnica, sistemática e exata, onde o pesquisador baseia-se em estudos já realizados.

Portanto, quanto aos procedimentos técnicos é uma pesquisa bibliográfica. Segundo Gil (2009), este tipo de pesquisa possui a função de resgatar o que já foi desenvolvido sobre o tema estudado, e a análise é realizada principalmente em livros, artigos científicos e anais de congressos.

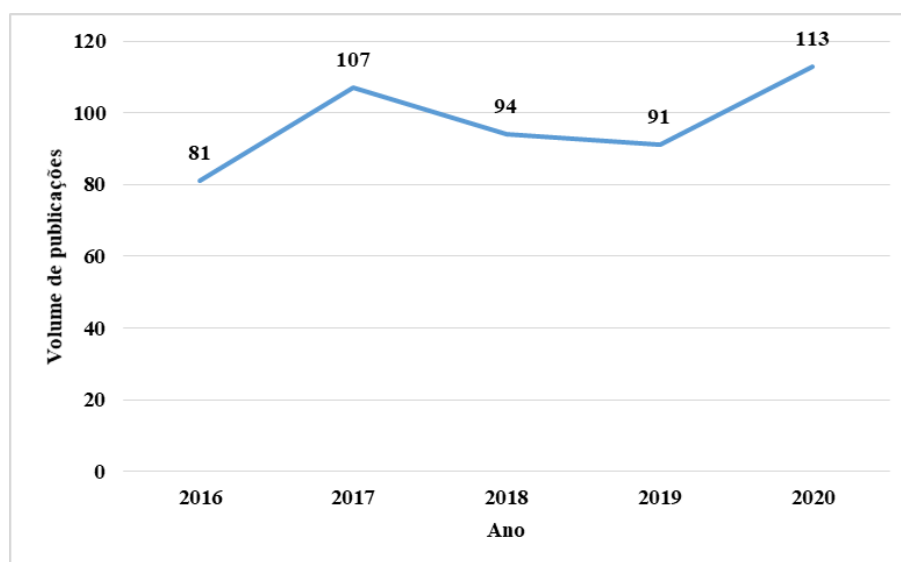
Para atingir o objetivo proposto, realizou-se uma busca na base de dados Scopus, no mês de fevereiro de 2021. Nesta etapa, procurou-se identificar a produção científica sobre o tema, em um recorte temporal de 5 anos (2016-2020). Para tanto, utilizou-se a expressão de busca ‘geographical indication and territorial development’. Coletou-se a produção científica que apresentou a expressão ‘geographical indication and territorial development,’ no título, resumo ou palavras-chave.

Os dados resultantes foram tabulados e apresentados na forma de gráficos de frequência do volume de produção por ano, por país/território, por área do conhecimento, por tipo de documento e por órgão financiador.

4. Análise e discussão dos resultados

Considerando o recorte temporal da pesquisa e os critérios de busca, foram identificados 486 documentos que abordaram a IG como elemento estratégico de desenvolvimento territorial. Na Figura 1 estão apresentados os volumes de produção por ano.

Figura 1 – Volume de produção científica por ano identificada na Base de dados Scopus



Fonte: Dados da Pesquisa (2021)

É possível notar que o quantitativo da produção apresenta oscilações ao longo do período pesquisado, registrando os maiores volumes de publicação nos anos de 2017 e 2020, respectivamente 22% e 23%. Apesar das oscilações, observa-se uma certa constância no volume

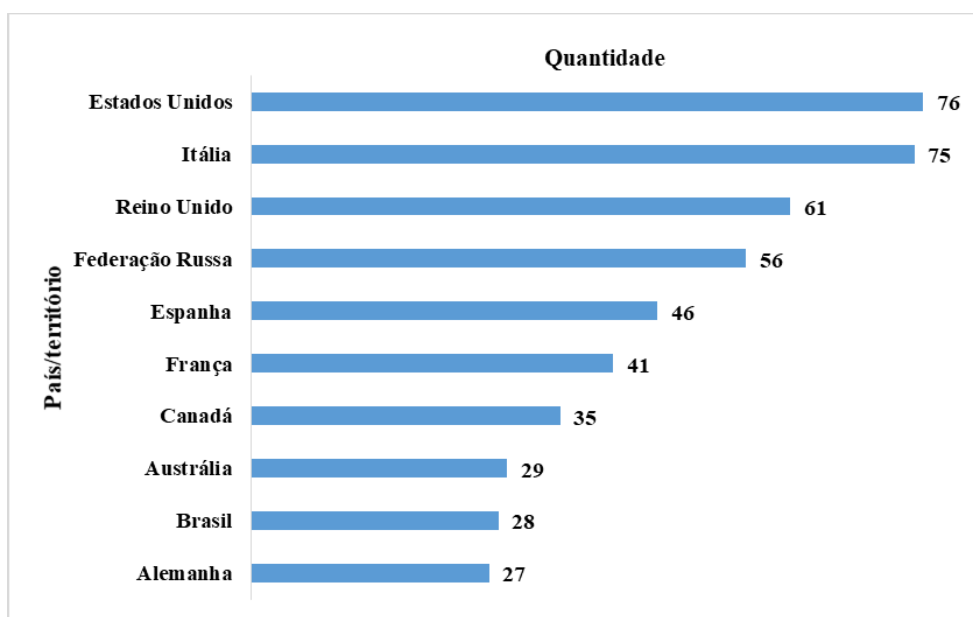
anual de publicações. Além disso, os resultados sugerem que o tema vem, ao longo do tempo, ganhando repercussão no ambiente científico.

A variação do volume de publicações ao longo do tempo também é observada em outras áreas de pesquisas. Machado, Ruschel e Scheer (2017), por exemplo, verificaram variações no volume de produção sobre Modelagem da Informação da Construção (BIM) no Brasil. No entanto, esse efeito pode ser reflexo de diversos fatores que influenciam na produtividade dos pesquisadores, como a disponibilização de recursos financeiros e materiais, participação em redes de colaboração científica e grupos de pesquisas.

Estudos com o objetivo de mapear e/ou avaliar a produção científica nas diversas áreas do conhecimento são importante para evidenciar as lacunas, bem como para apresentar informações acerca do nível de desenvolvimento científico, o grau de produtividade de pesquisadores, grupos de pesquisas e instituições, além de apoiar a tomada de decisão em relação à elaboração de políticas públicas (PAULA, 2019).

Ainda em relação à produção identificada, foi possível perceber que ela é originária de diversos países/territórios. Na Figura 2 é apresentado um *ranking* dos 10 países/territórios que apresentaram os maiores volumes de publicações. Juntos, esses países/territórios são responsáveis por aproximadamente 97% da produção. É possível verificar que os maiores volumes de publicações foram registrados pelos Estados Unidos, Reino Unido e Espanha, respectivamente, 76, 75 e 61 documentos.

Figura 2 – *Ranking* dos países/territórios de origem das publicações



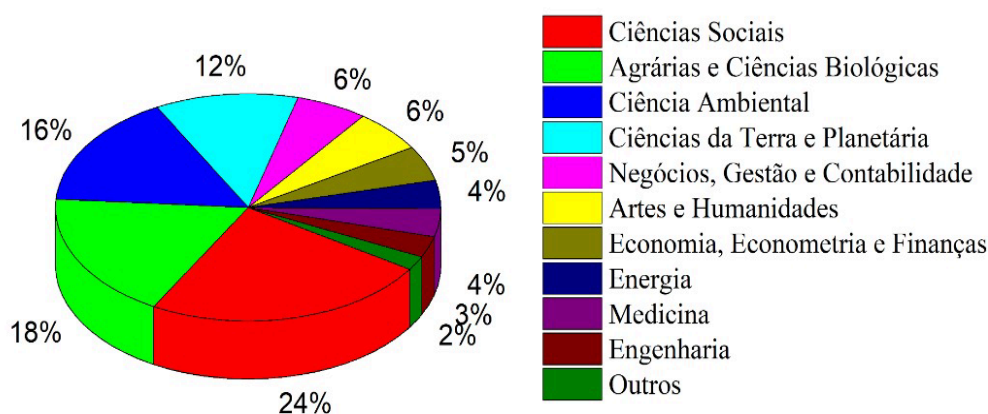
Fonte: Dados da Pesquisa (2021)

A maior participação desses países/território na produção científica sobre IG enquanto elemento estratégico de desenvolvimento territorial pode estar relacionada à disponibilidade de recursos financeiros, estruturais e humanos para o desenvolvimento de pesquisas, quantidade elevada de produtos ou serviços que apresentam potencial de certificação por IG, e número elevado de IG concedidas (NEILSON; WRIGHT; AKLIMAWATI, 2018; ALONSO; MASOT, 2020).

Ainda na Figura 2, que apresenta um *ranking* dos países mais produtivos em relação à temática, é possível destacar a posição do Brasil como o 9º país mais produtivo. A posição de destaque do Brasil pode ser uma consequência do aumento do número de concessões de IG e, por conseguinte, das pesquisas relacionadas. Gonçalves, Almeida e Bastos (2018) identificaram um aumento nos pedidos e concessões de IGs no Brasil. Para os autores, esse aumento é reflexo da criação e divulgação de políticas públicas na área.

No tocante às áreas do conhecimento desse volume de produção, observou-se que 58% dos documentos estão concentrados nas áreas de Ciências Sociais, Agricultura e Ciências Biológicas e Ciências Ambientais, 24%, 18%, 16%, nessa ordem (Figura 3). A alta participação dessas áreas do conhecimento pode ser consequência dos tipos de produtos passíveis de certificação por IG, de acordo com as legislações dos países ou territórios, os impactos sociais, ambientais e econômicos das IGs nas regiões demarcadas, bem como a quantidade de IGs concedidas para produtos agrícolas.

Figura 3 – Volume de publicações científicas por áreas do conhecimento



Fonte: Dados da Pesquisa (2021)

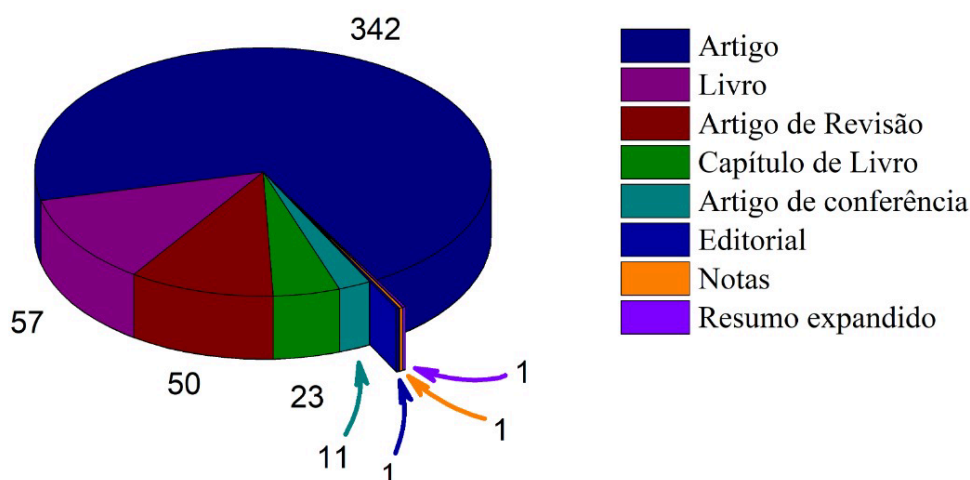
De acordo com Anjos, Criado e Caldas (2013), as IGs agroalimentares se tornaram temas de interesse nos países latino-americanos, tanto do ponto de vista acadêmico, quanto de instituições

nacionais e internacionais de fomento e desenvolvimento rural. No Brasil, por exemplo, dentre as IGs concedidas, destacam-se aquelas relativas a produtos e bebidas, como vinho, café, queijo, mel, cacau, farinha de mandioca, entre outros (INPI, 2021). Também percebe-se uma quantidade elevada de IGs concedidas para produtos agroalimentares em países da União Europeia (CEI; DEFRA/CEC; STEFANI, 2018).

Em relação ao tipo de documento identificado, observou-se uma supremacia de Artigos científicos, aproximadamente 70% (Figura 4). Também destaca-se as publicações do tipo Livro e Artigo de revisão, que juntos correspondem a 22% do volume da produção identificada. Esses percentuais evidenciam a importância das pesquisas acadêmicas e dos periódicos e editoras na construção de bases científicas nas diversas áreas do conhecimento.

Martins (2020) salienta que a sociedade confia nos resultados da pesquisa científica e destaca a importância da Ciência aberta (*Open Science*) na disseminação livre e aberta dos resultados das pesquisas científicas de uma forma compreensível, acessível e aproveitável, e que permita a reprodutibilidade. Ainda de acordo com o autor, a Ciência aberta (*Open Science*) proporciona benefícios para pesquisadores, comunidade científica, financiadores de projetos de pesquisas e o público em geral.

Figura 4 – Volume de publicações científicas por tipo de documento



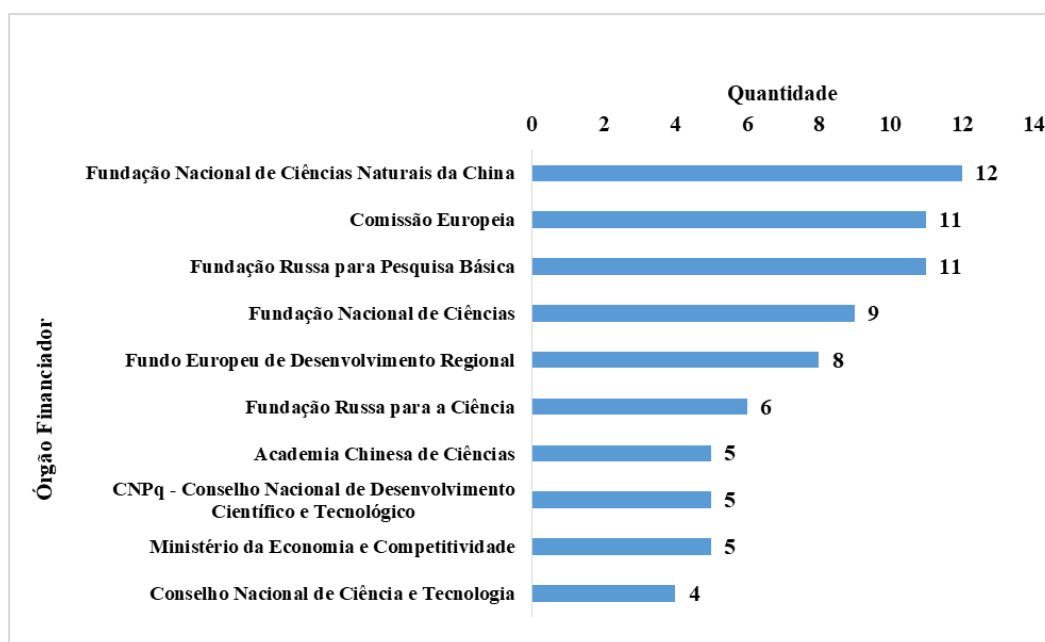
Fonte: Dados da Pesquisa (2021)

A participação de destaque dos artigos científicos em relação ao volume total da produção identificada pode refletir as exigências dos sistemas nacionais de avaliação de cursos de graduação e pós-graduação. No contexto brasileiro, por exemplo, há uma maior valorização da produção

científica categorizada como artigos completos publicados em periódicos. A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) realiza periodicamente a avaliação dos programas de pós-graduação *stricto sensu*. Nessa avaliação, a CAPES considera informações referentes a uma série de fatores, incluindo a produção bibliográfica em termos de artigos científicos, livros, dissertações e teses defendidas (ROLIM; RAMOS, 2020).

Considerando o quantitativo de documentos identificados (486), observou-se que aproximadamente 16% declararam o recebimento de fomento (Figura 5). Dentre os órgãos financiadores citados pelas pesquisas, destacam-se a National Natural Science Foundation of China, a European Commission, e Russian Foundation for Basic Research como principais apoiadores das pesquisas acerca da temática. Também é possível destacar a participação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) no financiamento das pesquisas relacionadas à IG como elemento estratégico de desenvolvimento territorial.

Figura 5 – *Ranking* dos principais órgãos financiadores das publicações científicas identificadas



Fonte: Dados da Pesquisa (2021)

A participação desses órgão financiadores está relacionada ao montante de recursos financeiros destinados às metas nacionais do desenvolvimento científico e tecnológico. No âmbito do Brasil, observa-se constantemente cortes nas verbas destinadas ao financiamentos de pesquisas científicas e tecnológicas. De acordo com a Agencia Senado (2020), a estimativa era que em 2021 o Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação (MCTI) receberia R\$ 2,7 bilhões, uma redução considerável, se comparado aos orçamentos de anos anteriores. Essas reduções orçamentárias comprometem a

atuação dos principais órgãos financiadores da ciência brasileira, como o CNPq e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), ambos ligados ao MCTI, e da CAPES, ligada ao Ministério da Educação.

Em termos mundiais, um levantamento realizado na Plataforma InCites revela 1.032 entidades de financiamento ativas no mundo (2011-2018), mencionadas nos textos dos documentos indexados na base *Web of Science*. A maior agência de financiamento de pesquisa é a *National Natural Science Foundation of China* (NSFC), entidade destacada pela produtividade. Atualmente é a entidade com maior número de trabalhos publicados e indexados na base *Web of Science*: foram 1.201.687 documentos produzidos a partir de projetos financiados entre 2011 e 2018. Desde o início da década de 1950 até os dias atuais, ocorreu a implementação de dezenas de modalidades de bolsa de estudo que auxiliaram milhares de estudantes/pesquisadores a concluírem seus estudos e projetos de pesquisa (SOUZA, 2014).

5. Considerações Finais

Nesta pesquisa, objetivou-se mapear a produção científica sobre Indicação Geográfica na perspectiva do desenvolvimento territorial. Para tanto, realizou-se uma busca na base de dados Scopus. Coletou-se informações acerca da produção científica que apresentou a expressão de busca ‘geographical indication and territorial development,’ no título, resumo ou palavras-chave.

Após analisados os resultados, percebeu-se, de maneira geral, que o volume de produção científica sobre o tema apresentou flutuações ao longo do período estudado. No entanto, apesar das ligeiras flutuações nota-se, em termos quantitativos, que a produção apresenta-se de forma continuada. Além disso, identificou-se a existência de um grupo de países/territórios mais produtivos em relação à temática. 97% da produção identificada é originária desse grupo, composto por apenas 10 países/territórios.

Os resultados ainda evidenciaram que apenas 16% da produção identificada declarou o recebimento de fomento. Ademais, os resultados sinalizaram que os artigos científicos são o tipo de documento mais utilizado pelos pesquisadores no momento de externalizar os resultados de suas pesquisas. Esse resultado evidencia, também, a importância dos periódicos na estruturação das diversas bases do conhecimento.

Considerando a base de dados Scopus, os resultados encontrados alinhados ao objetivo respondem à problemática da pesquisa, e apresentam um panorama da produção científica sobre IG enquanto elemento estratégico de desenvolvimento territorial no contexto mundial. Estudos que

objetivam a identificação e/ou análise da produção científica são necessários, pois apresentam as lacunas e poderão nortear a elaboração de estratégias e políticas para o desenvolvimento e fortalecimento das diversas áreas do conhecimento.

A utilização de apenas uma base de dados e o recorte temporal de cinco anos, são algumas limitações deste estudo. Recomenda-se para pesquisas futuras, a inclusão de outras bases de dados, bem como a ampliação do recorte temporal.

Referências

- ABRAMOVAY, R. Representatividade e inovação. In: **Seminário Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável**. Brasília. 2005. Disponível em: <https://ricardoabramovay.com/2005/10/representatividade-e-inovacao>. Acesso em: 15 mar. 2021.
- AGENCIA SENADO. **Corte de verbas da ciência prejudica reação à pandemia e desenvolvimento do país**, 2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2020/09/corte-de-verbas-da-ciencia-prejudica-reacao-a-pandemia-e-desenvolvimento-do-pais>. Acesso em: 09 abr. 2021.
- ALONSO, G. C.; MASOT, A. N. Rural space governance In extremadura (SW Spain): Analysis of the leader approach. **Europ. Countrys**, v. 12, n. 4, p. 448-468, 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Ana-Nieto-Masot/publication/348233240_European_Countryside_MENDELU_RURAL_SPACE_GOVERNANCE_IN_EXTREMADURA_SW_SPAIN_ANALYSIS_OF_THE_LEADER_APPROACH/links/5ff4461ba6fdccdb82efcfa/European-Countryside-MENDELU-RURAL-SPACE-GOVERNANCE-IN-EXTREMADURA-SW-SPAIN-ANALYSIS-OF-THE-LEADER-APPROACH.pdf. Acesso em: 15 mar. 2021.
- BELLETTI, G.; MARESCOTTI, A. Origin products, geographical indications and rural development. In: Labels of Origin for Food: Local Development, Global Recognition; Barham, E., Sylvander, B., Eds.; **CABI Publishing**: Rugfest Wallingford, UK, p. 75–91, 2011. Disponível em: <http://ndl.ethernet.edu.et/bitstream/123456789/48287/1/135.pdf#page=93>. Acesso em: 02 jun. 2021.
- BOECHAT, A. M. F.; ALVES, Y. B. O uso da Indicação Geográfica para o Desenvolvimento Regional: o caso da carne do Pampa Gaúcho. In: Encontro internacional de produção científica Cesumar (EPCC), 2011, Maringá. **Anais eletrônicos Maringá**: Cesumar, 25 a 28 out. 2011. Disponível em: [http://rdu.unicesumar.edu.br/bitstream/123456789/4945/1/andreaia moreira da fonseca boechat.pdf](http://rdu.unicesumar.edu.br/bitstream/123456789/4945/1/andreaia%20moreira%20da%20fonseca%20boechat.pdf). Acesso em: 06 Jun. 2021.
- BRASIL. **Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996**. Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. Brasília, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19279.htm. Acesso em: 06 out. 2021.
- CASTRO, V. A.; LOURENÇÃO, M.; GIRALDI, J. M. E. Indicação Geográfica como recurso estratégico de marca na vitivinicultura do Rio Grande do Sul/Brasil. **Rev. Adm. UFSM**, v. 14, n. 2, p. 276-296, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reaufsm/a/hgCqXx7TvNc7TX8d8pnVQGC/abstract/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 06 out. 2021.

- CEI, L.; DEFRANCESCO, E.; STEFANI, G. From Geographical Indications to Rural Development: A Review of the Economic Effects of European Union Policy. **Sustainability**, v.10, n. 10, p. 1-21, 2018. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/301576845.pdf>. Acesso em: 02 Jun. 2021.
- CEI, L.; STEFANI, G.; DEFRANCESCO, E.; LOMBARDI, G. V. Geographical indications: A first assessment of the impact on rural development in Italian NUTS3 regions. **Land Use Policy**, v. 75, p. 620-630, 2018. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0264837717311389?casa_token=bVmHb8EN5SwAAAAA:00M3tCyI7vvyC99iqn3qDvc-612STKHBSnOaxY_fkV88NYRRUrki8PnmfpKf6nOeC_ljgnjAqQ. Acesso em: 03 Jun. 2021.
- DILÁSCIO, B. B.; DILÁSCIO, M. B.; MENDONÇA, F. M.; SIQUEIRA, P. H. L.; DINIZ, D. M. Artesanato em tear manual de Resende Costa a um passo da Indicação Geográfica. **Revista INGI - Indicação Geográfica e Inovação**, v. 5, n. 3, p. 1345-1362. Disponível em: <http://www.ingi.api.org.br/index.php/INGI/article/view/167/163>. Acesso em: 06 out. 2021.
- DRUZIAN, J. I.; NUNES, I. L. Indicações Geográficas brasileiras e impacto sobre bens agrícolas e/ou agroindustriais. **Revista Gestão, Inovação e Tecnologias**, v. 2, p. 14, 2012. Disponível em: <https://revistageintec.net/index.php/revista/article/view/55>. Acesso em: 03 Jun. 2021.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- GONÇALVES, L. A. S.; ALMEIDA, B. A.; BASTOS, E. M. S. Panorama das indicações geográficas no Brasil. **RDE-Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. 3, n. 41, 2018. Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/5805>. Acesso em: 04 Jun. 2021.
- INSTITUTO NACIONAL DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL [INPI]. **Pedidos de Indicação Geográfica no Brasil**, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/inpi/pt-br/servicos/indicacoes-geograficas/pedidos-de-indicacao-geografica-no-brasil>. Acesso em: 06 abr. 2021.
- LE GUERROUÉ, J. L. Um freio ao desenvolvimento das indicações geográficas: o desconhecimento dos consumidores. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 8, p. 59013-59021, 2020. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/15131>. Acesso em: 08 abr. 2021.
- MACHADO, F. A.; RUSCHEL, R. C.; SCHEER, S. Análise da produção científica brasileira sobre a Modelagem da Informação da Construção. **Ambiente Construído**, v. 17, n. 4, p. 359-384, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ac/a/s5WdHSMYsLGs4fGcgbkyrBP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 06 Abr. 2021.
- MALACARNE, A.; NUNES-SILVA, L.; VIEIRA, C. S.; MACEDO, R. F.; MALACARNE, A.; MONTE, W. S.; DE-BORTOLI, R. Geographical Indication and Regional Development: Cause or Consequence. **Journal of Agricultural Science**; v. 11, n. 3, p. 535-540, 2019. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/f865/39e4db42a36649cba249a53c80af78c49472.pdf>. Acesso em: 08 Abr. 2021.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- MARTINS, H. C. A importância da ciência aberta (open science) na pesquisa em Administração. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 24, n. 1, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rac/a/xdsnKjbRg6BD6nzFXnKnVhb/?lang=pt>. Acesso em: 15 jun. 2021.

- MELO, R. D. Indicações geográficas e infrações concorrenciais. **DRd-Desenvolvimento Regional em debate**, v. 9, n. ed. esp. 2, p. 24-48, 2019. Disponível em: <https://www.redalyc.org/jatsRepo/5708/570864650003/570864650003.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2021.
- MENDONÇA, D.; PROCÓPIO, D. P.; CORRÊA, S. R. S. A contribuição das indicações geográficas para o desenvolvimento rural brasileiro. **Research, Society and Development**, v. 8, n. 7, 2019. Disponível em: <https://www.rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/1152>. Acesso em: 09 jun. 2021.
- MORAIS, M. F.; MELLO, E. M. R. DE. Indicação Geográfica do sul de Minas Gerais. **Ces Revista**, v. 33, n. 1, p. 28, 2019. Disponível em: <https://seer.cesjf.br/index.php/cesRevista/article/view/2131>. Acesso em: 11 jun. 2021.
- NEILSON, J.; WRIGHT, J.; AKLIMAWATI, L. Geographical indications and value capture in the Indonesia coffee sector. **Journal of Rural Studies**, V. 59, p. 35-48, 2018. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0743016717304588?casa_token=h_X52UZdMv_oAAAAA:gYA7dh-Peg4CdDZXqU9NeTQgj2v26P9EvbvPzbYQS-O6s8QvcDqdpYPv6T7U1V8RyckEw6u7Aw. Acesso em 10 jun. 2021.
- NIEDERLE, P. A. **Indicações geográficas: qualidade e origem nos mercados alimentares**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2013.
- PAULA, V. M. **Perfil da produção científica e tecnológica do Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais de 2009 a 2019**. Dissertação 147 f. (Mestrado Profissional em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal Fluminense, Volta Redonda, 2019. Disponível em: https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/13218/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o_V%C3%A2nia%20M%C3%A1rcia%20de%20Paula.pdf. Acesso em: 03 jun. 2021.
- PERAFÁN, M. E. V.; OLIVEIRA, H. **Território e Identidade**. Coleção Política e Gestão Culturais. Secretaria de Cultura do Estado da Bahia. P55 Edições: Salvador, BA, 2013.
- PIMENTEL, L. O. **Os desafios dos aspectos legais na prática de estruturação das Indicações Geográficas**. In: DALLABRIDA, V. R. (Org.). Território, identidade territorial e desenvolvimento regional: reflexões sobre Indicação Geográfica e novas possibilidades de desenvolvimento com base em ativos com especificidade territorial. São Paulo: LiberArs, p. 135-143. 2013.
- RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1989.
- ROLIM, P. Y. F.; RAMOS, A. S. M. Análise da gestão dos Programas de Pós-Graduação baseada no resultado da avaliação CAPES por meio da matriz importância-desempenho. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 25, n. 3, p. 525-545, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/wN88KZ4XXqBryHnPYNVmT9z/?lang=pt>. Acesso em: 15 jun. 2021.
- SECCHI, L. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2011.
- SOUZA, R. R. **Análise da influência da concessão de bolsa de estudos na produtividade acadêmica dos estudantes de Administração ao nível pós-graduação stricto sensu no Brasil**. 2014. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pósgraduação em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/135766>. Acesso em: 13 jun. 2021.

VIEIRA, A. C. P.; LOURENZANI, A. E. B. S.; PELLIN, V. As Indicações Geográficas como instrumento de criação de valor para o setor cafeeiro brasileiro. **Revista DELOS**, p. 18, 2019. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7413745>. Acesso em: 10 jun. 2021.

VIEIRA, A. C. P.; PELLIN, V. As indicações geográficas como estratégia para fortalecer o território: o caso da indicação de procedência dos vales da uva Goethe. **Desenvolvimento em Questão**, v. 13, n. 30, p. 155-174, 2015. Disponível em: <https://revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/3062>. Acesso em: 11 jun. 2021.

VIEIRA, A. C. P.; ZILLI, J. C. F.; BRUCH, K. L. Políticas públicas como instrumento de desenvolvimento de indicações geográficas. **Revista Foco**, v. 9, n. 2, p. 138-155, 2016. Disponível em: <https://revistafoco.emnuvens.com.br/foco/article/view/251>. Acesso em: 12 jun. 2021.

VIEIRA, G. L.; PINHEIRO, A. S. F. Potential study of industrial protection to agroextractive products: the case of Boa Esperança community tapioca flour, in Santarém-PA, **Revista INGI - Indicação Geográfica e Inovação**, v. 5, n. 2, p. 1224-1241. Disponível em: <http://www.ingi.api.org.br/index.php/INGI/article/view/146>. Acesso em: 06 out. 2021.

WANDER, A. E.; GODOI, C. N.; COSTA FILHO, B. A.; LADVOCAT, M. Geographic indications (GI): linking history and tradition with competitive business. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 5, p. 24601-24618, 2020. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/9569>. Acesso em: 12 jun. 2021.